



Lei de nº 541/2023

RECEBIDO EN
23/05/2023 AS
Ass...
[Signature]

EMENTA: "Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a restabelecer o pavimento das vias públicas danificadas por serviços de reparo e/ou manutenção, e dá outras providências."

José Torres Lopes Filho, Prefeito do Município de Iguaracy, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu SANCIONO o seguinte Ato Normativo:

Art. 1º. A execução de obras de reparos e consertos em vias públicas, decorrentes de serviços de engenharia realizados por concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou suas terceirizadas, tais como empresas de distribuição de energia, água, esgoto, gás, telefonia, TV a cabo, internet e outras, que impliquem intervenções sobre o pavimento de vias e passeios públicos, a qualquer título, deverá ser obrigatoriamente comunicada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º. Quaisquer das obras referidas no art. 1º que importem a execução de serviços sobre pavimento da via pública ou do passeio, que exijam a retirada total ou parcial do pavimento, escavação, aterramento, perfuração, corte ou quaisquer outras medidas assemelhadas, somente poderão ser executadas mediante comunicação prévia e formal à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único: A falta de comunicação prévia importa na possibilidade de embargo e aplicação de multa de 01 (um) a 05 (cinco) mil UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 3º. Em se tratando de obras emergenciais, cuja execução deva ser imediata para evitar interrupção do serviço público, ou mesmo para prevenir a ocorrência de danos à própria integridade da via ou logradouro público atingido, poderão ser executadas sem a comunicação prévia referida no Art. 2º desta Lei, desde que:

I – ocorra a comunicação à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua realização, com especificação dos serviços executados;

II – seja restabelecido o pavimento da via ou logradouro público às mesmas condições de qualidade anteriores à execução da obra.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em qualquer hipótese de execução dos serviços sobre a via ou logradouro público, é responsabilidade da executora restabelecer o pavimento removido ou atingido pelo serviço conforme os padrões de qualidade do sistema viário, adequados à utilização do espaço público para os fins a que se destina.

Art. 4º. Quando forem abertos buracos e valas para a realização de serviços de instalação, manutenção ou conserto das redes de água, esgoto, luz, gás, telefonia e similares, a concessionária ou permissionária e suas terceirizadas são obrigadas a reparar o pavimento, fechando os buracos e valas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do

**GOVERNADOR GABINETE
DO ESTADO DO CEARÁ**

Pef. de n.º 941/6003

RECEBIDO
1953
Vaga

EMENTA: "Dizendo que o presidente da
correspondência do governador do Ceará ao
deputado, a transcrição a baixo, que não
pudesse desmentir, com base nisso, a
afirmação de que a sua proposta

que é de que o governo do Ceará é o que mais
de suas correspondências recebeu, mas não é de que
o governo da província é o que mais

ART. 1.º A execução das opções de repasses e contribuições
de correspondências feitas ao governo do Ceará, que sejam feitas no
prazo de concessões ou de direitos, dependerão das
mesmas circunstâncias, visto como sempre que
televisão, TV e rádio, é outrossim, de importância
para a prestação dos serviços públicos
governamentais Municipais do Estado do Ceará.

Art. 2.º Considerar que após a realização do art. 1.º, das importações e exportações
previstas na lei que dispõe da execução das opções de repasse, o governo do Ceará
executará, também, despesas necessárias para a realização
de outras que forem consideradas convenientes
pelo governo do Ceará, e que sejam necessárias
para a realização das opções de repasse.

ARTIGOS ÚNICOS: A lei de que trata o artigo anterior
(art. 1º) é de 06 (seis) de junho de 1953 (UEM - União
Estadual do Ceará).

ART. 3.º Fim é de trinta dias de opção entre denúncias, cuja execução
não pode ser feita em caso de denúncia de que o governo
puder ter feito a mesma para a mesma pessoa que o denunciado
é de trinta dias de opção entre denúncias de que o governo
comunicou ao presidente da república que

ocorreu a comunicação à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no
mês de junho de 1953 (denúncia de que o governo
executou).

II - Seja expediente o seguinte ao presidente da república:
"O governo do Ceará informa que o governo
do Ceará, em virtude da denúncia feita ao presidente da
República, que o governo do Ceará executou

ART. 4.º O governo do Ceará, que o presidente da
República, que o governo do Ceará executou
o que o governo do Ceará denunciou, e que o governo
do Ceará, que o presidente da República, que o governo
do Ceará executou o que o governo do Ceará denunciou,

ART. 5.º Que o governo do Ceará, que o presidente da
República, que o governo do Ceará executou
o que o governo do Ceará denunciou, e que o governo
do Ceará, que o presidente da República, que o governo
do Ceará executou o que o governo do Ceará denunciou,

término das obras nas vias e passeios públicos.

§ 1º. Em caso de necessidade justificada por manifestação escrita direcionada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, o prazo para o conserto referido no *caput* poderá ser prorrogado por até 05 (cinco) dias consecutivos.

§ 2º. As obras de tapa-buracos e valas terão garantias de qualidade do serviço de, no mínimo, 12 (doze) meses quando realizadas em vias sem passeio ou pavimentação, e de 24 (vinte e quatro) meses quando realizadas em vias e calçadas pavimentadas.

Art. 5º. A obrigação de que trata esta Lei recai sobre as empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos descritas no Art. 1º e outras que vierem a surgir, ainda que as obras que causarem os buracos e as valas tenham sido realizadas por terceiros porem contratadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em se tratando de obras executadas por empresas terceirizadas pelas prestadoras de serviços públicos, a concessionária ou permissionária é a responsável pelos prejuízos causados ao patrimônio público em virtude da má execução dos serviços.

Art. 6º. Enquanto perdurarem as obras realizadas pelas empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos de água, esgoto, luz, gás, telefonia, TV a cabo, Internet e outras, as vias ou passeios públicos deverão ser obrigatoriamente sinalizados pelas empresas, para garantir a segurança de pedestres e veículos.

Art. 7º. Em caso de descumprimento do disposto nesta Lei, inclusive no que importa à qualidade do serviço realizado, a empresa concessionária ou permissionária do serviço público responsável pela obra será notificada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, cumprir integralmente a obrigação de reparar a via pública segundo os padrões de qualidade estabelecidos, além de ser aplicada uma multa no montante de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) mil UFM (Unidade Fiscal Municipal), a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se a obrigação de reparar a via pública não for integralmente cumprida no prazo de 05 (cinco) dias, a empresa responsável será mais uma vez notificada pela Secretaria competente, que lhe concederá um novo prazo de 05 (cinco) dias consecutivo para o respectivo cumprimento, além de ser aplicada nova multa no valor de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) mil UFM (Unidade Fiscal Municipal), a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 8º. Se a concessionária, permissionária do serviço público ou sua terceirizada responsável pela execução das obras não cumprir as determinações constantes no Art. 7º desta Lei, o Município poderá executar os serviços e, para fins de ressarcimento dos valores empregados, notificará a empresa para efetuar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, instruindo a notificação com o demonstrativo dos custos da referida execução.

§ 1º. O ressarcimento dos valores não exime a concessionária ou permissionária do pagamento da multa prevista no Art. 7º.

§ 2º. A ausência de ressarcimento e de pagamento das multas estabelecidas importarão na inscrição dos débitos na Dívida Ativa do Município de Iguaçagy/PE, para posterior cobrança administrativa ou judicial.

§ 3º. A inscrição do débito na Dívida Ativa por força do disposto nesta Lei impedirá a

Българският юрист и писател Георги Раковски е роден във Видин на 26 юни 1849 г. в семейство на учител и свещеник. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

След като завърши университета във Виена, Раковски се връща в България и работи като учител във Видин и във Варна. Той е един от основателите на българската правна система и е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Във Видин Раковски е учител във Видинската гимназия и е ръководител на българската правна школа. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Раковски е автор на много книги и статии, като една от най-известните му е „Правният словар на българския юриспруденция“. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

(съществуващ) е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Във Видин Раковски е учител във Видинската гимназия и е ръководител на българската правна школа. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Съществуващ е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Във Видин Раковски е учител във Видинската гимназия и е ръководител на българската правна школа. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Съществуващ е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Съществуващ е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Съществуващ е първият български юрист, който завърши университета във Виена. Той е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

Съществуващ е първият български юрист, който завърши университета във Виена.

devedora de participar de quaisquer licitações ou contratações com o Município de Iguaçacy/PE, enquanto permanecer a obrigação.

Art. 9º. Quaisquer danos causados ao Município de Iguaçacy, aos entes da Administração Pública Municipal e a terceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, pelo descumprimento desta Lei, sujeitam as concessionárias ou permissionárias dos serviços à responsabilização pelas perdas e danos decorrentes de sua ação ou omissão.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Iguaracy, 19 de maio de 2023.

José Torres Lopes Filho

José Torres Lopes Filho
PREFEITO
PREFEITO
CPF 457.387.344-91

**CABINETE
DO PRESIDENTE**

**CONSELHO
NACIONAL
DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

deve ser feita a indicação de diretorias técnicas ou comitês que o Conselho de Desenvolvimento da Pátria considera apropriados.

Art. 9º. Considerarão conselhos técnicos os Municípios que fizerem suas respectivas propostas de estruturação e funcionamento de suas pessoas sociais e terceiros, assim como os que se constituam para a realização de estudos e pesquisas de caráter científico, tecnológico, cultural, social, econômico, político, ambiental, etc., que sejam de interesse da comunidade.

Art. 10. Faz-se constar que os Conselhos de Desenvolvimento da Pátria, que forem criados, devem ser nomeados por meio de decreto municipal, respeitando-se a legislação estadual e federal.

Florianópolis, 19 de setembro de 1990.

João Tomé Penteado Filho

Assinatura